

**LEI Nº 8.112/90 – QUESTÕES DA ESAF**

1. (Especialista ANA 2009) Sabendo-se que a prévia habilitação em concurso público é condição necessária à nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo, e considerando o que dispõe a Lei n. 8.112/1990, é correto afirmar sobre tal instituto que:

- a) poderá ser aberto novo concurso ainda que haja candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade já expirado.
- b) será de provas, de títulos ou de provas e títulos.
- c) poderá ter validade de um ano e ser prorrogado uma única vez, por mais dois anos.
- d) terá seu prazo de validade e condições de realização fixados em Decreto Presidencial.
- e) poderá ter validade de seis meses e ser prorrogado várias vezes, por mais seis meses em cada prorrogação, até o limite de quatro anos.

2. (Analista de Planejamento e Gestão MPOG 2003) Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União, o estágio probatório será avaliado com base em alguns fatores. Assinale, no rol abaixo, o fator que não está previsto na norma positiva:

- a) disciplina
- b) capacidade de iniciativa
- c) pontualidade
- d) assiduidade
- e) responsabilidade

3. (Analista de Finanças e Controle STN 2002) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade

- a) após dois anos de exercício.
- b) após três anos de exercício.
- c) após cinco anos de exercício.
- d) quando toma posse.
- e) quando entra em exercício.

4. (Procurador da Fazenda Nacional 2004) Em vista dos preceitos constitucionais que tratam da estabilidade do servidor público, assinale a opção correta.

- a) Na atualidade, existem apenas duas formas de perda do cargo pelo servidor público estável: em virtude de sentença judicial transitada em julgado, ou mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- b) Com a reforma administrativa promovida por meio da Emenda Constitucional nº. 19/98, restou afastada a necessidade de instituição de comissão para que se dê a avaliação de desempenho do servidor, durante seu estágio probatório.
- c) Se restar declarada a desnecessidade do cargo, o servidor, mesmo que ainda não seja estável, poderá ficar em disponibilidade.
- d) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem. Em tal hipótese, ambos os servidores (o reintegrado e o reconduzido) terão o direito à indenização, em vista da falha cometida pela Administração Pública.
- e) Na sistemática da Constituição Federal, está claro que há distinção entre estabilidade e efetividade.

5. (Técnico em Finanças e Controle SFC 2000) São requisitos simultâneos para a aquisição de estabilidade no serviço público, exceto:

- a) declaração de idoneidade financeira
- b) três anos de efetivo exercício
- c) aprovação em concurso público
- d) nomeação para cargo de provimento efetivo
- e) aprovação em avaliação especial de desempenho

6. (Auditor Fiscal da Receita Federal SRF 2001) Em relação à posse do servidor público, é incorreto afirmar:

- a) haverá posse em todos os casos de provimento de cargo

b) a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento

- c) a posse dependerá de prévia inspeção médica oficial
- d) a posse dar-se-á mediante procuração específica
- e) no ato da posse o servidor declarará seus bens e os valores de seu patrimônio

7. (Especialista ANA 2009) De acordo com a Lei n. 8.112/1990, são formas de provimento de cargo público, exceto:

- a) Nomeação.
- b) Promoção.
- c) Readaptação.
- d) Recondução.
- e) Remoção.

8. (Analista De Finanças e Controle CGU 2006) Não integra o rol de requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a) gozo dos direitos políticos.
- b) nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- c) aptidão física e mental.
- d) comprovação de ausência de condenação penal.
- e) idade mínima de dezoito anos.

9. (Técnico administrativo ANEEL 2004) Virgílio, servidor público federal, estável, foi reintegrado no cargo que ocupava anteriormente. Porém, esse cargo estava provido por Sócrates. Nesse caso, o servidor Sócrates, também estável, será

- a) reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- b) exonerado do cargo de origem, com direito a indenização, ou transferido para outro cargo, ou, ainda, colocado à disposição.
- c) revertido ao cargo de origem, com direito à indenização, ou redistribuído para outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- d) removido para o cargo de origem, com direito a indenização, readaptado para outro cargo, ou, ainda, colocado à disposição.
- e) reintegrado também ao cargo de origem, com direito a indenização, ou exonerado, com indenização, ou, ainda, posto em disponibilidade.

10. (Advogado IRB 2006) Relativamente às formas de provimento do servidor público, assinale a opção em que o servidor passa a exercer suas atribuições como excedente.

- a) Reintegração
- b) Readaptação
- c) Recondução
- d) Redistribuição
- e) Reversão, no interesse da Administração

11. (Analista De Finanças e Controle CGU 2006) O retorno à atividade, do servidor público civil da União, regido pela Lei n. 8.112/90, para o cargo em que tenha sido colocado em disponibilidade dar-se-á mediante

- a) aproveitamento.
- b) readmissão.
- c) reintegração.
- d) reversão.
- e) recondução.

12. (Analista De Finanças e Controle CGU 2008) São formas de provimento de cargo público, exceto:

- a) aproveitamento.
- b) transferência.
- c) recondução.
- d) promoção.
- e) reversão.

13. (Analista De Finanças e Controle CGU 2008) Servidor Público não estável responde a processo administrativo disciplinar, ao final do qual é demitido. Um ano após a demissão, o ex-servidor consegue ver anulado o ato

administrativo que o demitiu. Feitas tais considerações, assinale a opção correta.

- a) A anulação da demissão gera para o servidor a reintegração imediata ao cargo ocupado.
- b) O servidor não possui direito a retornar ao cargo antes ocupado por não ser estável quando foi demitido.
- c) Em face dos efeitos produzidos pelo ato administrativo anulado, o servidor tem o direito de retornar ao cargo de origem.
- d) Haverá reintegração desde que o servidor tenha completado tempo suficiente para a aquisição da estabilidade quando a demissão foi anulada.
- e) A reintegração será possível desde que, embora ainda não estável, o servidor já tenha cumprido o estágio probatório.

14.(Especialista ANA 2009) Um servidor público federal estável foi demitido após processo administrativo disciplinar. Inconformado com a decisão, ajuizou uma ação em que requereu a anulação da decisão administrativa. Ao final de seu processamento, o servidor obteve decisão transitada em julgado favorável a seu pedido. Nos termos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a fim de que o servidor retorne a seu cargo de origem, ainda existente, a decisão judicial deverá ter determinado sua:

- a) readaptação.
- b) reintegração.
- c) reversão.
- d) recondução.
- e) disponibilidade.

15.(Técnico Judiciário-administrativa TRT 7º 2003) Para a posse, em qualquer cargo público federal, pode-se considerar dispensável a

- a) apresentação da declaração de bens.
- b) aptidão em inspeção médica.
- c) observância de prazo.
- d) quitação eleitoral.
- e) aprovação em concurso público.

16.(Especialista – Administração ANA 2009) Considerando o que dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, com as alterações advindas das mutações constitucionais pertinentes, assinale a afirmativa correta.

- a) O servidor será exonerado do cargo se não tomar posse no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- b) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
- c) O servidor não aprovado no estágio probatório será demitido ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- d) O servidor investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- e) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar dois anos de efetivo exercício.

17.(Analista de Finanças e Controle CGU 2006) Os ocupantes de cargos em comissão, na Administração Pública Federal, sem nela deterem outro vínculo funcional efetivo são.

- a) regidos pelo regime da CLT (legislação trabalhista).
- b) submetidos ao regime jurídico disciplinar, previstos na Lei nº. 8.112/90, que estabeleceu o regime jurídico único dos servidores civis federais.
- c) filiados obrigatórios do Plano de Seguridade Social do Servidor estabelecidos na Lei nº. 8.112/90.
- d) destinatários dos mesmos direitos e das vantagens, que a Lei nº. 8.112/90 assegure aos servidores titulares de cargos efetivos, inclusive aposentadoria.
- e) destinatários dos direitos e vantagens assegurados na Lei nº. 8.112/90, aos servidores efetivos, inclusive os relativos a licenças.

18.(Analista De Finanças e Controle CGU 2008) Determinado concurso público, destinado a selecionar candidatos a cargos públicos na Administração Federal, teve seu edital publicado em 02/01/2006, com prazo de validade de um ano,

prorrogável por igual período. O concurso foi homologado em 03/03/2006. Não houve prorrogação. Determinado candidato aprovado foi nomeado em 01/03/2007, respeitada a ordem de sua classificação. A posse deu-se 30 (trinta) dias depois da nomeação. O exercício ocorreu 15 (quinze) dias depois da posse. Baseado nos fatos acima narrados, assinale a única opção correta.

- a) A nomeação é válida.
- b) A nomeação é nula, vez que realizada fora do prazo de validade do concurso.
- c) A posse é nula, vez que ocorrida fora do prazo de validade do concurso.
- d) A nomeação somente seria válida até 02/01/2007.
- e) A investidura não é válida, pois dois de seus atos ocorreram após o encerramento da validade do concurso.

19.(Técnico Administrativo MPU 2004) A Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico, do servidor público federal, prevê várias formas de provimento e vacância de cargos efetivos, algumas das quais, necessariamente, são comuns e simultâneas a ambas, como é o caso

- a) do aproveitamento.
- b) da disponibilidade.
- c) da reintegração
- d) da reversão.
- e) da readaptação.

20.(Técnico da Receita Federal SRF 2006) À luz da Lei n. 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, não constitui forma de provimento nem de vacância de cargo, a figura

- a) do aproveitamento.
- b) da promoção.
- c) da readaptação.
- d) da recondução.
- e) da redistribuição.

21.(Analista De Finanças e Controle CGU 2008) São hipóteses de vacância que importam provimento em novo cargo:

- a) promoção e readaptação.
- b) exoneração e demissão.
- c) aposentadoria e posse em outro cargo inacumulável.
- d) redistribuição e remoção.
- e) disponibilidade.

22.(Técnico Administrativo ANEEL 2006) Assinale a opção que contemple uma forma de vacância comum aos cargos efetivos e em comissão.

- a) Promoção.
- b) Demissão.
- c) Exoneração.
- d) Readaptação.
- e) Redistribuição.

23.(Analista De Finanças e Controle CGU 2008) Assinale o tipo de exoneração que se caracteriza por encerrar um juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

- a) Exoneração ad nutum.
- b) Decorrente de não aprovação do servidor não estável em estágio probatório.
- c) A pedido do servidor.
- d) Quando o servidor não toma posse no prazo legal.
- e) Em razão da não observância do limite gasto com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

24.(Analista De Finanças e Controle CGU 2008) Correlacione as colunas abaixo a respeito dos tipos de vantagens previstas na Lei n. 8.112/90: (1) adicional (2) gratificação (3) indenização

- ( ) Retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento.
- ( ) Pagamentos que possuam relação com o local e a natureza do trabalho.
- ( ) Ajuda de custo.
- ( ) Retribuição por encargo de curso ou concurso.
- ( ) Diárias.

- a) 2 - 1 - 3 - 2 - 3
- b) 3 - 2 - 3 - 1 - 2
- c) 2 - 1 - 2 - 3 - 1
- d) 3 - 1 - 2 - 3 - 3
- e) 2 - 1 - 2 - 3 - 2

25.(Analista De Finanças e Controle CGU 2008) Leia atentamente as situações abaixo para classificá-las como ensejadoras de uma das duas opções oferecidas. Após, identifique a opção que traga a seqüência correta. (1) Reposição ao Erário (2) Indenização ao Erário

( ) Motorista oficial, servidor público efetivo, infringe as leis de trânsito fazendo com que a União seja multada.

( ) Servidor público efetivo recebe importância superior a que lhe era devida em razão de erro material por parte da Administração.

( ) Servidor público efetivo desatentadamente liga equipamento elétrico na tomada com cuja voltagem ele era incompatível, causando a destruição do aparelho.

( ) Servidor público efetivo recebe valores em decorrência do cumprimento de uma decisão judicial, que é posteriormente modificada, tornando-os indevidos.

- a) 1/2/1/2
- b) 2/1/1/2
- c) 1/1/2/2
- d) 2/2/1/2
- e) 2/1/2/1

26.(Auditor Fiscal da Receita Federal 2005) No âmbito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº. 8.112/90), a vantagem que se caracteriza como indenização é.

- a) ajuda de custo,
- b) adicional de insalubridade
- c) gratificação natalina
- d) abono pecuniário.
- e) adicional noturno.

27.(Analista de Finanças e Controle CGU 2006) A licença a favor do servidor público para o exercício de atividade política será

- a) não-remunerada, até o limite de três meses.
- b) remunerada, até o limite de três meses, entre o registro de sua candidatura e o décimo dia seguinte ao da eleição.
- c) remunerada, desde a escolha em convenção partidária, até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- d) não-remunerada, entre o dia da escolha em convenção partidária até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- e) remunerada, até o limite de quatro meses, entre a escolha em convenção partidária e a data da eleição.

28.(Especialista – Administração ANA 2009) A Lei n. 8.112/1990, além de vencimento e vantagens, também defere aos servidores públicos federais alguns adicionais, retribuições e gratificações. Neste conjunto não se inclui:

- a) A gratificação natalina.
- b) O adicional por tempo de serviço.
- c) A gratificação por encargo de curso ou concurso.
- d) O adicional pela prestação de serviço extraordinário.
- e) A retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento.

29.(Especialista em Regulação ANEEL 2006) O servidor ocupante de cargo público federal efetivo, regido pelo regime jurídico da Lei nº8. 112 90, desde que regularmente nomeado, após aprovação em concurso, tem direito a licença remunerada, pelo prazo de até

- a) dois anos, a fim de acompanhar cônjuge, deslocado para servir em outro ponto, dê território nacional.
- b) dois anos consecutivos, para trato de assuntos particulares.
- c) dois anos, para o desempenho de mandato, em associação de classe ou entidade sindical, da respectiva categoria.
- d) 10 dias, por motivo de seu casamento ou falecimento de seus pais, avós, irmãos filhos, netos e outros parentes,
- e) 30 dias, por motivo de doença do seu cônjuge, dos pais ou dos filhos, quando indispensável for a sua assistência.

30.(Analista De Finanças e Controle CGU 2008) Assinale a opção que contempla licença em que há a possibilidade de sua concessão ao servidor, ora com, ora sem remuneração.

- a) Licença capacitação.
- b) Licença por motivo de doença em pessoa da família.
- c) Licença para tratar de interesses particulares.
- d) Licença para tratamento de saúde do próprio servidor.
- e) Licença adotante.

31.(Analista De Finanças e Controle CGU 2006) Se o servidor público civil, regido pelo regime da Lei n. 8.112/90, receber penalidade administrativa de advertência e de suspensão, sem vir a cometer nova infração disciplinar, elas terão seus registros cancelados, após o decurso de

- a) 3 anos, em ambos os casos.
- b) 5 anos, em ambos os casos.
- c) 2 e 3 anos, respectivamente.
- d) 3 e 5 anos, respectivamente.
- e) 5 e 10 anos, respectivamente.

32.(Adminstrador ENAP 2006) O regime jurídico dos servidores públicos federais, de que trata a Lei n. 8.112/90, prevê a possibilidade de aplicação da penalidade de suspensão, no caso de

- a) inassiduidade habitual.
- b) insubordinação grave em serviço.
- c) ofensa física a servidor em serviço.
- d) reincidência em falta punida com advertência.
- e) servidor primário na inobservância de violação da proibição de recusar fé a documento público.

33.(Auditor Fiscal da Previdência Social INSS 2002) No Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, Lei nº 8.112/90, a pena de demissão ou destituição de cargo em comissão, não implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível, no caso de:

- a) corrupção.
- b) aplicação irregular de dinheiros públicos.
- c) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional.
- d) improbidade administrativa.
- e) crime contra a administração pública.

34.(Analista De Finanças e Controle CGU 2008) Considerando as disposições relativas às proibições constantes da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assinale a opção correta.

- a) Servidor que preside e administra clube de futebol profissional, registrado como sociedade empresária, não incide em hipóteses de proibição.
- b) A proibição de valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem caracteriza-se mesmo que ausente a vantagem financeira.
- c) Inexiste proibição inerente ao nepotismo no âmbito desta Lei.
- d) É permitido ao servidor público atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas quando se tratar de parentes até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro.
- e) É vedado ao servidor em geral o recebimento de propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições, exceto se a vantagem não ultrapassar o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

35.(Tecnico administrativo ANEEL 2004) Madalena, na qualidade de servidora pública federal, é reincidente de duas faltas punidas com advertência. Diante disso, foi agora punida com suspensão pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias. Entretanto, sempre demonstrou eficiência, prestando serviços com dedicação. Nesse caso, havendo conveniência para o serviço a pena de suspensão poderá ser

- a) interrompida por período não superior a 30 dias, considerando que a pena de suspensão aplicada foi superior a 30 dias, e igual ou inferior a 60 dias.
- b) interrompida pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, considerando que a pena de suspensão aplicada foi igual ou inferior a 60 (sessenta) dias.

- c) substituída pela multa correspondente a 30% (trinta por cento), por dia de vencimento, ficando a servidora obrigada a cumprir metade da jornada de trabalho.
- d) convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando a servidora obrigada a permanecer em serviço.
- e) reduzida pela metade, mas com fixação de uma multa, também na base de 50% (cinquenta por cento) da remuneração, podendo a servidora permanecer no serviço se solicitada pela chefia.

36. (CGU 2004) A destituição de cargo em comissão é prevista na Lei nº. 8.112/90, especificamente, para quando o servidor

- a) perde o fator confiança.
- b) comete falta grave, no seu cargo efetivo.
- c) comete falta grave, mas não detém cargo efetivo.
- d) for demitido do seu cargo efetivo.
- e) renuncia ao exercício do seu comissionamento.

37. (Especialista em Políticas Públicas MPOG 2002) Tratando-se de acumulação de cargos e empregos públicos, avalie a seguinte situação: José, Auditor aposentado da Receita Federal, é Professor da autarquia Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Pretende, agora, submeter-se ao concurso público para Gestor governamental. Uma vez aprovado, aponte a sua conduta lícita.

- a) Pediria licença sem remuneração da UFRJ para tomar posse como Gestor.
- b) Poderia assumir o novo cargo, sem qualquer alteração em sua situação funcional.
- c) Somente poderia assumir o novo cargo de Gestor se renunciasse à aposentadoria de Auditor.
- d) Para assumir o novo cargo de Gestor, teria de deixar o magistério na UFRJ e renunciar à aposentadoria de Auditor.
- e) Pediria aposentadoria proporcional na UFRJ para tomar posse como Gestor.

38. (Auditor Fiscal da Receita Federal 2005) A Emenda Constitucional nº. 34/01 alterou uma regra relativa exceção ao princípio de não-acumulação remunerada de cargos públicos. Essa alteração referiu-se à possibilidade da acumulação lícita de

- a) um cargo de juiz e um de professor.
- b) um cargo técnico e outro de provimento em comissão.
- c) um cargo de professor e outro de provimento em comissão.
- d) um cargo de provimento em comissão, de recrutamento amplo, e os proventos do servidor aposentado.
- e) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

39. (Fiscal Trabalho 2003) Relativamente à responsabilidade do servidor público assinale a afirmativa falsa.

- a) A responsabilidade penal abrange exclusivamente os crimes imputados ao servidor, nessa qualidade.
- b) As sanções penais, civis e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- c) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores do servidor, até o limite do, valor da herança recebida.
- d) A responsabilidade administrativa não pode subsistir quando houver absolvição criminal que negue a existência do fato.
- e) A responsabilidade civil-administrativa pode resultar de ato comissivo ou omissivo.

40. (Fiscal do Trabalho 2006) Sobre a responsabilidade do servidor público é correto afirmar que:

- I. a responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados nos desempenhos do cargo ou função.
- II. A existência de dolo constitui condição necessária à imputação de responsabilidade civil por ato que resulte prejuízo ao erário ou a terceiros.
- III. Nos casos em que a Fazenda Pública for condenada a indenizar terceiro, por ato de servidor público no exercício da função, assiste-lhe o direito de regresso contra o responsável, desde que o mesmo tenha agido com dolo ou culpa.

IV. A obrigação de reparar o dano causado ao erário estende-se aos sucessores do servidor e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

V. a absolvição criminal que negue a existência do fato afasta a responsabilidade administrativa.

Estão corretas:

- a) as afirmativas I, II, III, IV e V.
- b) apenas as afirmativas I, III, IV e V.
- c) apenas as afirmativas II, IV e V.
- d) apenas as afirmativas I, II e IV.
- e) apenas as afirmativas I, III e IV.

41. (Analista IRB 2006) Assinale a opção que descreva hipótese em que a responsabilidade administrativa do servidor público será afastada.

- a) Sentença civil transitada em julgado que isente o servidor de responsabilidade.
- b) Sentença penal que absolve o servidor por falta de provas.
- c) Sentença penal que absolve o servidor por inexistência do fato.
- d) Sentença penal que absolve o servidor por reconhecer que o mesmo atuou em legítima defesa.
- e) Sentença civil que isente o servidor de responsabilidade por reconhecer a existência de força maior.

42. (Especialista ANA 2009) Sobre os afastamentos previstos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, é correto afirmar:

- a) o servidor investido no mandato de prefeito perceberá as vantagens de ambos os cargos, independente de haver compatibilidade de horário.
- b) apenas quando o curso for realizado no exterior será permitido o afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu.
- c) o servidor investido no mandato de vereador perceberá as vantagens de ambos os cargos, independente de haver compatibilidade de horário.
- d) apenas a outro órgão ou entidade dos Poderes da União o servidor poderá ser cedido para exercício de cargo em comissão.
- e) o servidor investido no mandato de deputado estadual ficará afastado do cargo.

43. (Analista De Finanças e Controle CGU 2008) João da Silva, servidor público ocupante de um cargo técnico no Distrito Federal - GDF, presta concurso público federal para o cargo de Técnico de Finanças e Controle - TFC, no qual é aprovado. Tendo sido o concurso homologado, João foi logo em seguida nomeado para o cargo ao qual se candidatou tendo, na seqüência, tomado posse e entrado em exercício. Considerando o texto acima, bem como as disposições da Lei n. 8.112/90, marque a opção que contenha a afirmativa verdadeira.

- a) A nomeação de João para o cargo de TFC sem a vacância do cargo que ocupa no GDF constitui acumulação de cargos públicos.
- b) A posse de João no cargo de TFC não constituirá acumulação de cargos caso ele esteja gozando de licença sem remuneração no GDF.
- c) A acumulação de cargos dar-se-á apenas caso João entre em exercício sem a vacância de seu cargo no GDF.
- d) A acumulação de cargos dar-se-á com a posse de João no cargo de TFC sem a vacância do cargo ocupado no GDF.
- e) Não há que se falar em acumulação de cargos, haja vista tratar-se de regimes jurídicos distintos, sendo um federal e outro distrital.

#### GABARITO

1. D  
2. C  
3. B  
4. E  
5. A  
6. A

- 7. E
- 8. D
- 9. A
- 10. B
- 11. A
- 12. B
- 13. C
- 14. B
- 15. E
- 16. D
- 17. B
- 18. A
- 19. E
- 20. E
- 21. A
- 22. C
- 23. A
- 24. A
- 25. E
- 26. A
- 27. B
- 28. B
- 29. E
- 30. B
- 31. D
- 32. D
- 33. E
- 34. B
- 35. D
- 36. C
- 37. C
- 38. E
- 39. A
- 40. B
- 41. C
- 42. E
- 43. B

Prof. Elyesley Silva